

A importância de atividades culturais na formação da identidade em assentamentos de reforma agrária: estudo de caso do Assentamento Zumbi dos Palmares – Campos dos Goytacazes-RJ (1997-2013).

Elson dos Santos Gomes Junior (UENF)

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra chegou a Campos em 1997, e organizou a ocupação das terras da Usina São João. Por conta de uma conjuntura que reuniu dívidas trabalhistas e impostos atrasados, houve a possibilidade de reivindicação por direitos e luta pela terra, que resultou na formação do maior assentamento do estado do Rio de Janeiro: o Assentamento Zumbi dos Palmares. Composto por 506 famílias, o processo de desapropriação e criação do assentamento constituiu-se em um dos mais rápidos já registrados (Cordeiro, 2007).

Nos últimos anos pesquisas e trabalhos vêm sendo desenvolvidos relacionados ao papel e aos impactos da reforma agrária (Heredia et al., 2002; Leite et al., 2004). No tocante aos aspectos econômicos, os estudos veem demonstrando que as regiões que recebem assentamentos rurais acabam por gerar uma série de demandas de bens e serviços, e, como consequência, passaram a apresentar significativos níveis de revitalização econômica. Em relação aos assentados, estes estudos demonstram que houve um aumento quantitativo de bens.

Análises comparativas apontam que, em termos quantitativos, o volume de bens em posse destas famílias no momento anterior à reforma agrária era menor do que o que passou a ser adquirido por conta das condições materiais oferecidas pelo trabalho no assentamento rural; ou seja, posteriormente a conquista dos lotes, os assentados conseguiram ter acesso a bens de consumo duráveis e não duráveis em volume maior que no momento anterior a entrada nos lotes. Além disso, autores defendem a conquista política que o termo “agricultura familiar” conferiu a estas famílias (Neves, 2007).

O presente trabalho teve por objetivo uma análise da importância das atividades culturais na formação de uma identidade de assentados de reforma agrária, utilizando-se dos múltiplos aspectos metodologicamente atribuídos ao

tratamento das questões relacionadas à cultura. Entre estas estão manifestações artísticas e culturais, como: a produção de artesanatos, peças teatrais, espaços de socialização de saberes tradicionais e estudos sistematizados voltados para o campo. Além disso, relacionar como esta gama de fatores pode contribuir para a formação de uma identidade e, até mesmo, de sua manutenção.

Identidade e cultura no contexto de reforma agrária

Um importante aspecto a respeito da categoria sujeito na sociedade moderna é que ele foi removido em nome de uma “modernidade”, como apresentada por Weber (2012), em sua análise do Estado racional-legal. Segundo Touraine (2008) o “sujeito” foi substituído por uma racionalização das relações sociais. Assim primeiramente partimos de uma leitura do conceito de “sujeito” como um ser plural, sem com isso, considerá-lo avesso à modernidade.

Os estudos relacionados ao meio agrário contêm uma vasta gama de interpretações a respeito dos camponeses que vem desde os autores clássicos europeus como, por exemplo, Chayanov, Kautsky, Lênin e Karl Marx. Contudo, a identidade camponesa na sociedade capitalista não pode ser buscada por meio de uma “perspectiva essencialista” (Woodward, 2011). O campesinato possui as suas especificidades na atualidade brasileira e acreditamos que, dentre elas, está a questão de uma formação identitária a partir da luta e conquista da terra.

Esta construção possui bases de definição bem claras, como afirma Silva (2011), onde se estabelece o ser e o não ser; ou seja, em nossos estudos, ser “sem terra”, em princípio, significa não ser um proprietário rural ou grande latifundiário. O autor chama a atenção para o fato de que estas construções não podem ser naturalizadas. Segundo ele, “elas não são criaturas do mundo natural ou do mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. (...) A identidade e a diferença são criações sociais e culturais” (SILVA, 2011). Neste sentido, o conceito de identidade está relacionado a um “movimento” não-linear.

Desta forma, a identidade materializa-se através da maneira pela qual os “indivíduos” coletivamente, por meio de “práticas sociais”, constroem suas “identidades sociais” e, logo, a cultura (Tilio, 2009). Em contexto de reforma agrária, estas práticas, como por exemplo, iniciam-se a partir do reconhecimento mútuo de

uma condição, a saber, de ser sem terra. A partir de então toda uma pedagogia (Comparato, 2001) se materializa por meio de símbolos contidos na prática e estratégia de luta. Esta última envolve uma variada quantidade de símbolos que estão presentes no processo de “ocupação” (Sigaud, 2004). É este conjunto de elementos que proporciona aos assentados de reforma agrária a possibilidade de construção de uma identidade camponesa.

No caso da luta pela terra, esta identidade começa a ser construída por meio de ações dos chamados movimentos sociais. Segundo Touraine (2008), eles são a combinação de princípios como “o princípio de identidade, o princípio de oposição e o princípio de totalidade” (TOURAINÉ, 2008). A isso se soma uma oposição associada à busca pelo controle da ação histórica, ou seja, sair de uma condição de “submissão”. E é nessa tomada que reúne os condicionantes capazes de habilitá-lo a novas conquistas, como a reformulação cultural.

Segundo Laraia (2001) no fim do Século XVIII o termo germânico “kultur” e a palavra francesa “civilization” foram unidos pelo antropólogo Edward Taylor por meio do vocábulo “culture”; o primeiro simbolizava todos os aspectos espirituais de uma comunidade e o segundo, as realizações materiais. Em Taylor este conceito passou a abranger qualquer “capacidade” ou “hábitos” como, conhecimento, valores, arte, entre outros, adquiridos pelo homem. Taylor concebeu a cultura em uma instância que a colocou como uma capacidade humana, capacidade esta que está relacionada à aquisição de novos saberes; ou seja, a cultura não é inata, mas sim, adquirida pelos sujeitos e pela relação existente entre práticas e o meio social. Em conjunto, estes elementos podem contribuir para a construção de uma leitura de uma determinada realidade social, neste caso, a realidade de um assentamento rural e da importância das atividades culturais, que associada aos elementos acima citados, contribuíram na formação de uma identidade camponesa.

A participação na Escolinha de Agroecologia, a produção de artesanatos, as peças teatrais, as produções literárias e as festividades, são práticas importantes, pois podem revelar sistemas organizacionais e/ou valores constitutivos de tal identidade. Como por exemplo, podemos falar da existência de uma “ética camponesa” (Woortmann, 1990). Assim, como o elemento cultural é um contribuinte do que chamamos identidade, as atividades culturais desempenhadas pelos

camponeses estudados, também podem evidenciar sua contribuição na formação da identidade do Assentamento Zumbi dos Palmares.

No tocante a Escolinha de Agroecologia, ela foi formada em 2005 por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ela acontece em encontro mensal que ocorre a cada terceiro sábado de cada mês. Sua proposta abarca a socialização de conhecimentos homeopáticos e soluções agroecológicas de implicações agrícolas (como pragas e adubos), recebendo pessoas de assentamentos distintos, entre os quais, do Assentamento Zumbi dos Palmares. Os encontros também ocorrem na casa dos assentados por meio de aulas práticas. A Escolinha de Agroecologia tem grande importância nas atividades culturais, por conta, deste papel que desempenha, ou seja, a socialização de saberes com fins a aumentar o sucesso dos assentados com soluções não tóxicas.

O conjunto de saberes e práticas populares ou folclóricas que contribuem na formação da identidade são formados por provérbios, cantos, mitos, lendas, crenças que se incorporaram à tradição de uma comunidade. Entre suas funções estariam as de acusar e reforçar a personalidade dos pequenos grupos e manifestar seu caráter de tradição. Segundo Queiroz (1973) esta leitura pode ser compreendida como “(...) transmissão, durante longo espaço de tempo, de doutrinas, de lendas, de costumes, etc.”.

A cultura, contudo, não pode ser vista como algo apartado do homem, pelo contrário, deve ser percebida como um acúmulo histórico. Este, por sua vez, está relacionado à produção das relações de existência (Teixeira & Dias, 2001). Assim, pensar a cultura camponesa e os condicionantes de formação da identidade implica em racionalizar o acesso aos meios e instrumentos de produção da existência nesse processo. Neste caso, além dos acima citados, a terra.

Condições de exercício das atividades culturais

Primeiramente, no tocante a este tópico é relevante explicitarmos o que chamamos aqui de “condições de exercício”, que se relaciona às condições materiais de produção e reprodução destes assentados, ou seja, aquelas que foram conquistadas por estas famílias para que pudessem desenvolver suas atividades culturais. Com isso esta condição está associada à conquista do lote e do seu

cultivo como meio de sobrevivência, onde pesquisas recentes evidenciaram elementos positivos tanto em âmbito nacional quanto regional. Em âmbito nacional, estudos realizados nas chamadas “manchas de assentamentos rurais” pelo Brasil (Leite et al., 2004) e seus impactos regionais (Heredia et al., 2002), demonstraram que a partir da reforma agrária as famílias assentadas angariaram um volume significativo de bens a partir da conquista dos lotes.

Já em relação ao âmbito regional, a pesquisa apontou que existe impacto positivo para as regiões que receberam os assentamentos de reforma agrária. Isso por conta de uma revitalização por serviços e suas demandas com a chegada de um montante de famílias na região. Por isso, alguns estudiosos apontam para a necessidade de uma reforma agrária não essencialmente agrícola, ou seja, por conta da criação destas novas necessidades e possibilidades potenciais em âmbito econômico (Silva, 1998). Nestes termos, esta “condição” vem sendo apresentada como um primeiro requisito para a participação neste conjunto positivo de elementos que se refere à reforma agrária.

No assentamento todos os entrevistados, apesar dos problemas que destacaram (falta de assistência técnica, problemas de organização comunitária, desavenças pessoais, falta de incentivo público municipal, entre outros) afirmaram que, de forma geral, a condição de assentado é uma situação positiva. Além disso, pôde ser constatado o que a pesquisa de Leite et al (2004) encontrou em outras regiões do Brasil, ou seja, a maximização dos bens materiais destas famílias. Com isso elas passaram a possuir, a partir do lote, plantações, animais, eletrodomésticos e uma série de outros bens.

A partir da conquista dos lotes, os assentados afirmam que a forma de ver a vida mudou positivamente. Entre os motivos apresentados estão o aprendizado de conviver com a adversidade, sentimento de realização, novos projetos de vida a partir da propriedade rural, moradia fixa, resgate de um passado na roça, autonomia, busca de direitos e saúde. Como mostra o depoimento a este respeito, onde a assentada responde que:

“Mudou muito, mudou muito. A minha vida no assentamento mudou, mas mudou muito mesmo. Eu acho assim eu vou dizer a você, se uma pessoa ser realizada na vida, não sou realizada em tudo: bem material não ligo muito. Mas só em ter a

terra pra mim prantar, pra mim criar meus neto, tem dois irmão que mora comigo, pra mim é uma felicidade muito grande. Muito grande mesmo. Você vê ali ó, tudo prantado de melancia, ali tem melancia, tem abobora, tem milho, ali na outra parte já tem o aipim, você daqui a pouco já ta colhendo e já ta vendendo. Isso aí é muito bom pra gente. E você... eu não trabalho com herbicida né, aí é enxada mesmo. Aí você vê os produto que você ta colhendo, você vender pro outro, você dar, porque eu gosto também de fazer isso e você ver que aquilo dali não vai prejudicar sua saúde nem a saúde de ninguém né. Isso pra mim é muito importante. Muito importante mesmo”. (Entrevista com Vilma, Assentamento Zumbi dos Palmares, 2012).

Os assentados afirmam que a partir da reforma agrária eles começaram a contemplar outras esferas da vida por meio das conquistas acima apresentadas. Estas declarações confirmam a importância da “condição” material para tais desdobramentos, sendo estes últimos capazes de ampliar as aquisições para além da esfera econômica, ou seja, evidenciou-se que esta “condição” é um elemento importante no desenvolvimento do assentamento.

A articulação que proporcionou a estes assentados a materialização da condição de assentado não foi construída somente por eles. Existem os chamados “agentes mediadores” (Nascimento, 2001), que contribuíram de igual modo. Além deles, cabe citar as instâncias do estado no meio rural como o INCRA e a EMATER.

A maioria dos casos confirma que tiveram apoio do INCRA. Isso bastaria se encarássemos a reforma agrária como um ato e não como um processo. Sendo assim, ela não se resume à aquisição do lote, mas sim, em todo um aparato que envolve treinamento, agentes financeiros, assistência técnica, troca de experiências, enfim, uma soma de fatores organizados em confluência com o lote. Por isto, apesar do relativo sucesso deste na região Norte Fluminense, a reforma agrária vem sofrendo com considerável desassistência por parte dos órgãos públicos responsáveis (Pedlowski, 2007).

Outras formas de aquisição que não podem ser simplesmente mensuráveis puderam ser evidenciadas no assentamento Zumbi dos Palmares. Entre as citadas estão: a tranqüillidade (qualidade de vida), a possibilidade de alocar entes antes distantes (como filhos, por exemplo) e condições favoráveis ao exercício, produção e reprodução de atividades culturais. A respeito dos primeiros, podemos ver na fala

de uma assentada como a construção de uma identidade de assentado rural implica na confluência de uma grande variedade de elementos, como afirmado acima. No tocante a estas conquistas, diz:

“Olha, o que mudou pra mim foi a tranqüilidade né, que eu pude trazer meus filho tudo pra cá né. E... veio todos mais a Renata né. Você deve conhecer minha filha, mora lá no Zumbi dos Palmares/ Ai! Mora lá no Josué de Castro. Conheceu não? Renata e Juanito (...). Mas já ta tudo grande né. Inclusive eles tão querendo vir pra cá. Morar aqui. Cada um vai fazer aí uns dois cômodos pra poder vir pra cá. Que eles querem sair da cidade também. E pra mim a tranqüilidade também de, além de tudo, ter eles perto de mim. Sair de lá daquele processo terrível que você já conhece, você sabe e conhece muito bem né, como que é Cabo Frio. E... matéria de alimentação, que você vai comer assim, vai comer uma coisa que você ta plantando. Você sabe de onde ta vindo né (...).”(Entrevista com Marilza, Assentamento Zumbi dos Palmares, 2012).

Esse foi o primeiro ponto abordado referente às aquisições que chamamos de ‘não mensuráveis’. Outro aspecto está relacionado às atividades culturais e sua função dentro do assentamento. Elas têm importante papel na formação da identidade em assentamentos rurais, por contribuir para o fortalecimento das relações no âmbito de “comunidade”, como caracterizado por Queiroz (1973). Estas atividades proporcionam espaços de interação, afirmação da condição de assentado e soluções para a vida diária no campo. Assim, são contribuintes no processo de formação da identidade no Assentamento.

Cultura e identidade no assentamento Zumbi dos Palmares

O termo cultura vem sendo discutido em muitos campos disciplinares nos últimos tempos, compreendendo desde abordagens históricas do conceito (Laraia, 2001), até leituras que abordam o conceito como restrito a especificidade de práticas, instituições e classes (Bosi, 1992). Apresentaremos a importância de habilidades culturais para a formação da identidade em assentamentos rurais, neste caso, tendo como estudo de caso o assentamento Zumbi dos Palmares.

Ao que chamamos “atividades culturais” estão inclusas produções literárias, teatrais, espaços de sociabilidade e circulação de conhecimentos populares, e

atividades educacionais voltadas para o campo. No assentamento Zumbi dos Palmares foram evidenciadas todas estas atividades e, por meio delas, abordaremos a formação de um calendário festivo, o envolvimento em atividades culturais, as possibilidades de compartilhamento destas, a importância destas atividades para estes assentados, a relação de tais atividades e suas implicações sobre o lote e sua extensão, tanto sobre o núcleo familiar quanto para fora do assentamento.

Ao abordar as variadas formas de manifestações culturais, Bosi (1992) apresenta a cultura popular como correspondente a elementos “materiais e simbólicos”. Com isso, relaciona-a com “o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, (...) as crenças, os cantos, (...)”. Na busca da manifestação de tais práticas, iniciamos pela existência de festividades no assentamento, ou melhor, pela localização de um calendário festivo.

A busca por atividades culturais festivas evidenciou que estas manifestações contribuem para a materialização da identidade de assentado. Contudo, ela não ocorre com finalidade estritamente política como contido no conceito de “arte engajada” (Napolitano, 2011). É fruto tanto da cultura produzida por meio da vida na terra, como da construção de laços de afinidade produzidos pelo tempo de vida no assentamento. Estes momentos, locais, datas e seus respectivos motivos festivos (religiosos, políticos, etários, etc.) constituíram-se em uma memória que se estabeleceu em cada um deles e manifestou, em termos de cultura, a face do “aprendizado” que esta possui (Laraia, 2001).

Outro elemento contribuinte para a existência de certa especificidade nestas manifestações culturais é o fato de, além da esfera simbólica, estas estarem expressando as condições materiais de sobrevivência destas pessoas; ou seja, a vida no campo viabilizada pela terra (Teixeira & Dias, 2011). Os autores afirmam que estes eventos contribuem na esfera da cultura com a “formação da consciência social como fundamentais no desenvolvimento da base material da existência” (TEIXEIRA & DIAS, 2011). Essa abordagem aponta para uma leitura do camponês independente do tempo, uma vez que não se busca evidenciar uma “essência”, ou seja, um modo de vida totalmente incompatível no mundo capitalista industrial.

O principal meio material dessa existência é a terra. É por meio dela que esse movimento duplo, porém não contraditório, entre o simbólico e o material ajudam a construir uma cultura camponesa e a formar uma identidade. E é nessa esfera de manifestação de atividades culturais que os assentados materializam a vida no campo e suas especificidades. A formação da chamada “Escolinha de Agroecologia” é um exemplo.

Os temas mais trabalhados são os que se referem à implementação de soluções ecologicamente sustentáveis no dia a dia do lote, como, homeopatia, meios de comercialização da produção e educação do campo. Ela tem grande importância na vida destes assentados por proporcionar uma contínua troca e atualização de experiências, como relatou a assentada Regina dos Santos:

“A escolinha de agroecologia, sim. É coisas que agente aprende né, troca conhecimentos é, tipo assim, eu to fazendo a minha horta aqui aí to plantando beterraba, cenoura, entendeu, a chicória, essas coisa assim, hortaliça. Aí na escolinha de agroecologia nós fizemo nem sei como te falar, vamos dizer que é um planejamento, fizeram lá pá, aquilo que você viu naquele dia né, que botou o nome das pessoa e perguntaram fulano você tá plantando o que? Que que você tem? Ta aí foi colocado e agente assim, eu to plantando a cenoura e a beterraba, já tem outra que já deixou encomendado pra quando começar a saís eu me interesse a panhar de você Regina, a beterraba e a cenoura. E tem um companheiro lá que eu não me lembro o nome dele, eu compro ovos dele, entendeu, então, quer dizer, é uma troca. Conhecimento de troca, agente mesmo (...)”. (Entrevista com Regina, do Assentamento Zumbi dos Palmares).

A Escolinha de Agroecologia é um importante espaço de sociabilidade que contribui para a discussão e manutenção de práticas pelas quais os assentados se produzem materialmente (Teixeira & Dias, 2011): a cultura material, de cultivo e cuidado com o lote, sociabilizada por meio da difusão de ideias e experiências.

É essa cultura material demonstrada, também, por meio da poesia e do teatro onde os assentados expressam suas condições e posições na sociedade. Uma das peças apresentada pelo grupo de jovens assentados aborda a história de um cortador de cana em busca de libertar-se dos desgastes e exploração. Em um assentamento onde vários trabalhadores possuem uma história comum de trabalho,

estas atividades contribuem para a construção de uma identidade de assentado. Segundo Silva (2011) isso ocorre por conta de ser a identidade “um significado cultural e socialmente atribuído”.

A respeito da cultura, ela se realiza, principalmente, por conta dos meios materiais de produção da existência. No tocante à identidade, para Woodward (2011) ela começa por meio da delimitação da diferença, que teve seu marco com os acampamentos e a condição de trabalhador rural sem terra. No entanto, segundo Silva (2011), a diferenciação não dá conta de explicar a identidade que se manifesta por meio de um atributo social.

As atividades culturais desenvolvidas pelos assentados são compartilhadas no assentamento. Esta ação de compartilhamento por meio de peças teatrais, eventos festivos e espaços de troca de informações contribuem fortemente para a manutenção e formação de uma identidade de assentado e trabalhador rural. Além disso, o exercício destas habilidades contribui para socialização de idéias e também de mobilizações e projetos que venham a ser desenvolvidos em conjunto pelos assentados.

Todas essas atividades incidem sobre a forma de trabalhar o lote. Um caráter importante dessa influência é a circulação de propostas de cultivo e soluções agroecológicas. Isto favoreceu a diversificação na produção dessas famílias, aumento na qualidade de vida e diminuição de experiências negativas de saúde por meio de intoxicações com agrotóxicos.

A relação existente entre o fazer-se materialmente por meio do trabalho no campo e a forma com que se dá este acontecimento possui uma significativa relação com a produção de identidade. Ser agroecologista é não ser latifundiário ou produtor de alimentos contendo agrotóxico. Isto não aparece apenas por conta de uma opção agrícola, mas sim, de um estilo de produção que é também política. Ele se opõe ao histórico da monocultura e consegue por meio de uma rede de trocas, como é a escolinha de agroecologia, proporcionar soluções alternativas aos problemas encarados diariamente na produção. É um modelo que proporciona maior volume de relações favoráveis ao trabalhador rural e amplia as existentes condições de interação social (Junior & Ribeiro, 2007).

Considerações finais

Por fim apontamos que, para assentados que estão envolvidos em atividades culturais voltadas para o assentamento, existe uma grande possibilidade de formação e reprodução de uma cultura identitária no campo. Estes elementos foram evidenciados nos entrevistados para realização deste trabalho (Monografia). Nestes termos, a identidade no Assentamento Zumbi dos Palmares pôde ser percebida entre aqueles que estão envolvidos na produção e manutenção de espaços de sociabilidades que atuam em conjunto com o trabalho e a produção da sobrevivência pela terra.

Bibliografia

- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- COMPARATO, Bruno Konder. “A ação política do MST”. São Paulo em Perspectiva, V. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.
- CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. *As redes sociais e suas importâncias na geração de redes de suporte para a reforma agrária: um estudo de caso em 10 anos de assentamento Zumbi dos Palmares*. CCH/UENF, 2007, 81 p. Monografia. (Bacharelado em Ciências Sociais).
- HEREDIA, Beatriz et. al. *Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil*. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura, n. 18, p. 73-111, 2002.
- JUNIOR, Antonio Oswaldo Storel; RIBEIRO, Helton Lucinda. *Reforma Agrária e Mudança de Paradigma na Agricultura*. Revista Adusp, n. 41, p. 6-11, 2007.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- LEITE, Sérgio. et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Unesp, 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. *A Relação Entre Arte e Política*. Revista Temáticas, n.19, 2011.
- NASCIMENTO, Silvana de Souza. Resenha de “Reforma Agrária – O Impossível Diálogo”, de José de Souza Martins. Revista de Antropologia, v. 44, p. 331-334, 2001.

- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (Org.). Geografia Agrária, Teoria e Poder. São Paulo: Expressão Popular, p. 271-287, 2007.
- PEDLOWSKI, Marcos A. et al. "Os limites da reforma agrária desassistida na região Norte do Estado do Rio de Janeiro: entre o descaso e a resistência dos assentados". Comunicação apresentada no GT "Agricultura familiar e desenvolvimento rural e segurança alimentar" no XIII Congresso Brasileiro de sociologia, UFPE, Recife, Pernambuco, 29 a 1 de jul. 2007.
- QUEIROZ, Maria Isaura de. O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.
- SIGAUD, Lygia. "Ocupações de Terra, Estado e movimentos sociais no Brasil". Cadernos de antropologia social, n. 20, p. 11-23, 2004.
- SILVA, Felipe Maia Guimarães da. Questão Agrária e Modernização na Periferia do Capitalismo: uma Incursão pelos Estudos Agrários de Lênin e de Max Weber. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 8, p. 119-145, 2011.
- SILVA, José Graziano da. "Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola". In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo (org.). Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 79-90.
- TEIXEIRA, David Romão; DIAS, Fernanda Braga Magalhães. Marxismo e Cultura: contraponto às perspectivas pós-modernas. Revista Digital do Paideia, n.2, p. 120-140, 2011.
- TILIO, Rogério. Reflexões a Cerca do Conceito de Identidade. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, n. 29, p. 109-119, 2009.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. Editora Vozes, 7. ed. Petrópolis, 2002.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: Editora UNB, 2009 [2vol.].
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: _____ (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Vozes, Petrópolis, 2011.
- WOORTMANN, K. Com Parente não se Neguceia: o campesinato como ordem moral. Revista Anuário Antropológico, n. 87, 1990.